



Bolsonaro, acompanhado por Braga Neto, Paulo Guedes, Sachsida, Tarcísio, Rodrigo Limp, Marisete Dadald e outros.

O Governo Lula convalidará o escárnio da privatização feita pelo governo Bolsonaro, que praticou um grave crime de lesa-pátria contra a sociedade brasileira?

A imagem fotográfica acima, capturada em junho de 2022, é histórica e emblemática, pois registra o momento de alegria e euforia daqueles que foram os principais responsáveis pelo maior crime de lesa-pátria praticado contra o povo brasileiro: a privatização da Eletrobras. Foi estruturada milimetricamente para beneficiar os grandes acionistas minoritários da companhia, mediante a cassação dos direitos políticos da União Federal (detentora de 43% das ações) em prol de um grupo de acionistas com menos de 5% do capital da empresa, ou seja, na Eletrobras privatizada quem tem menos manda muito mais – uma verdadeira excrescência no mundo do direito societário!

No contexto das excrescências jurídicas que envolveram todo o processo de privatização, novo Conselho de Administração da Eletrobras foi montado pelo representante do acionista minoritário 3G Radar e de outros, que juntos detinham menos de 5% das ações, tudo em combinação com agentes públicos que atuavam como representantes do MME e do Ministério da Economia, além do ocupante-eleito da vaga destinada aos empregados - que capitulou e passou a apoiar a famigerada privatização. Todos foram agraciados na nova estrutura de governança e gestão e com remunerações altíssimas!

Lamentavelmente, hoje quem manda e desmanda na Eletrobras, ocupando o papel de controlador, é um pequeno grupo de acionistas com menos de 5% das ações e a União Federal, detentora de 43% das ações está completamente alijada da governança e gestão da companhia!

Diante dos fatos, questionamos o presidente Lula: Qual será o legado que o seu governo deixará para a Eletrobras e para o povo brasileiro!

Obs: Este é o segundo de uma série de 4 informes com questionamentos ao Governo Lula sobre a situação da Eletrobras, que estão sendo divulgados consecutivamente desde o dia 26/01/2024.